

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2022 e 2021



PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

PUC RIO



**ESPECIALIDADE, SEGURANÇA E
CREDIBILIDADE NO TERCEIRO SETOR**

FACULDADES CATÓLICAS

CNPJ. : 33.555.921/0001-70

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS"

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis das **FACULDADES CATÓLICAS** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na Resolução do CFC nº 1.138/08 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Avenida Rio Negro, 463 - Jd. Paulista
Cep: 05410-000 - Alphaville
Cidade: São Paulo
☎ (11) 3061-1010
✉ atendimento@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
☎ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
☎ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
☎ riojaneyro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📌 Audisa Consultores
📌 @grupoaudisa
📌 @companhiagrupoaudisa
📌 PORTALAUDISA.COM.BR

foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Resolução e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
 Avenida B. Afonso de Albuquerque, 503 - Sala 101
 CEP: 04032-900 - São Paulo/SP
 Tel: (11) 3661-9933
 saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
 Rua Felipe de Albuquerque, 100 - Sala 101
 CEP: 51030-000 - Recife/PE
 recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
 Rua Felipe de Albuquerque, 100 - Sala 101
 CEP: 91030-000 - Porto Alegre/RS
 portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
 Rua Felipe de Albuquerque, 100 - Sala 101
 CEP: 20030-000 - Rio de Janeiro/RJ
 riojaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: Audisa consultores
 Instagram: @grupoaudisa
 LinkedIn: Companhia/Grupoaudisa
 Portal: PORTALAUDISA.COM.BR



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 13 de abril de 2023.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RJ" 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador
CRC/RS "S" "RJ" 058.252/O-1
CNAI/RS - 718
CVM Ato Declaratório nº 7710/04

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 501 1º andar
Cox, 102/104 Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ sp@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📌 [Audisa consultores](#)
📌 [@grupoaudisa](#)
in [Acampar/grupoaudisa](#)
🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](#)



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho fiscal de Faculdades Católicas, Associação sem fins lucrativos Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, havendo examinado as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como o respectivo parecer dos auditores independentes, são de parecer que todas as informações apuradas e declaradas refletem adequadamente a situação da Entidade, merecendo, portanto, sua aprovação.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023.

Membros do Conselho Fiscal:

Dr. Dirceu Alves Pinto

CPF. 004.004.167-00

Prof. Luiz Eduardo dos Santos Torres

CPF. 105.218.927-08

Prof. Luiz Bevilacqua

CPF. 191.413.277-72



FACULDADES CATÓLICAS PUC - RIO

CNPJ: 33.555.921/0001-70

Rua Marquês de São Vicente, nº 225 - Gávea - Rio de Janeiro/RJ - CEP.:22.451-900

Associação sem Fins Lucrativos, com atividade preponderante na área de ensino superior, pesquisa e extensão.

CEBAS com validade até 31.12.2020, conforme Portaria nº 1.936 da SRSES publicada no D.O.U em 20.12.2021. Está em tramitação no MEC processo nº 23000.032154/2020-18 protocolado em 21/12/2020 de renovação CEBAS para o triênio 2021, 2022 e 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota Explicativa	2022	2021
		Em reais	Em reais Reapresentado
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	07-I	324.799.632,26	218.817.265,42
Bancos Conta Movimento		2.367.413,78	2.426.133,25
Aplicações Financeiras		139.840.839,59	112.129.044,31
Recursos com Restrições- Convênios		182.591.378,89	104.262.087,86
Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis	07-II	448.533.734,41	366.108.259,56
Semestralidades		24.867.755,45	25.057.628,19
Serviços a Receber de Projetos de Pesquisa		6.665.812,72	4.372.859,23
Mensalidades Renegociadas		1.412.678,85	2.359.694,31
Contratos Firmados por Convênios Parcelas		398.687.212,10	318.417.180,33
Créditos com Contratos de Terceiros		4.317.580,70	1.740.210,39
Aluguéis e Concessões		1.097.050,84	342.092,78
Aditamentos do FIES		4.412.302,31	4.452.290,59
Outros Valores Recebíveis		12.641.466,16	10.719.407,38
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa		(5.568.124,72)	(1.353.103,64)
Outros Ativos Circulantes	08	32.057.117,25	23.926.373,87
Despesa Antecipada		722.470,06	708.237,16
Adiantamentos a Funcionários		7.629.043,95	8.495.195,64
Adiantamento para Ressarcimento Futuro - Convênios		18.000.031,29	10.559.312,53
Adiantamentos Diversos		4.519.585,11	2.977.641,70
Créditos Tributários		1.185.986,84	1.185.986,84
Total do Ativo Circulante		805.390.483,92	608.851.898,85
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		7.026.774,66	7.189.323,09
Bolsas Reembolsáveis		2.747.260,67	3.137.757,44
Depósitos Judiciais		3.324.324,08	2.753.761,64
Créditos com Contratos de Terceiros		401.034,29	397.880,97
Juros a Apropriar		554.155,62	899.923,04
Imobilizado Bens Móveis e Imóveis		1.453.118.032,70	1.448.403.631,07
Imobilizado - Recursos Próprios	10 A	1.410.395.075,19	1.403.920.579,80
Bens em Uso		1.668.702.732,95	1.649.701.590,73
(-) Depreciação Acumulada		(258.307.657,76)	(245.781.010,93)
Imobilizado - Recursos com Restrições - Convênios	10 B	42.722.957,51	44.483.051,27
Bens em Uso		98.859.774,55	91.036.975,05
(-) Depreciação Acumulada		(56.136.817,04)	(46.553.923,78)
Intangível		457.681,76	254.538,98
Intangível - Recursos Próprios	10 A	417.862,51	164.619,62
Softwares		8.254.790,22	7.844.242,63
(-) Amortização Acumulada		(7.836.927,71)	(7.679.623,01)
Intangível - Recursos com Restrições - Convênios	10 B	39.819,25	89.919,36
Softwares		1.690.001,66	1.690.001,66
(-) Amortização Acumulada		(1.650.182,41)	(1.600.082,30)
Total do Ativo Não Circulante		1.460.602.489,12	1.455.847.493,14
TOTAL DO ATIVO		2.265.992.973,04	2.064.699.391,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

Luís Corrêa Lima
Pe. Luís Corrêa Lima, S.J.

Presidente da Mantenedora da PUC - Rio

Solange de Alexandre Rodrigues
Solange de Alexandre Rodrigues

Contadora - CRC/RJ nº 092204/O-4

Este documento foi registrado e assinado digitalmente pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 08/08/2023

Para verificar a assinatura digital, use programa visualizador como Adobe Acrobat Reader ou acesse verificador.iti.gov.br



FACULDADES CATÓLICAS PUC-RIO
CNPJ: 33.555.921/0001-70

Rua Marquês de São Vicente, nº 225 - Gávea - Rio de Janeiro/RJ - CEP.:22.451-900

Associação sem Fins Lucrativos, com atividade preponderante na área de ensino superior, pesquisa e extensão.

CEBAS com validade até 31.12.2020, conforme Portaria nº 1.936 da SRSES publicada no D.O.U em 20.12.2021. Está em tramitação no MEC processo nº 23000.032154/2020-18 protocolado em 21/12/2020 de renovação CEBAS para o triênio 2021, 2022 e 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

Passivo	Nota Explicativa	2022	2021
		Em reais	Em reais Reapresentado
Circulante			
Obrigações Trabalhistas		20.484.305,72	18.189.276,08
Obrigações Sociais	13	6.669.234,56	5.768.713,47
Obrigações Tributárias	13	16.419.919,69	14.862.178,01
Fornecedores		5.190.646,87	3.425.130,63
Arrendamento Mercantil	12	1.517.114,18	1.624.370,96
Obrigações Educacionais	17	8.658.739,64	7.936.945,81
Obrigações a Cumprir por Convênios	14	304.273.015,49	194.892.279,16
Contratos Firmados por Convênios Parcelas	15	398.687.212,10	318.417.180,33
Provisões Sociais e Trabalhistas	16	64.070.372,04	60.637.813,71
Créditos com Contratos de Terceiros		4.317.580,70	1.740.210,39
Outras Obrigações a Curto Prazo		1.144.681,48	801.503,90
Receitas Antecipadas		16.560,11	21.670,40
Total do Passivo Circulante		831.449.382,58	628.317.272,85
Não Circulante			
Provisões para Contingência Trabalhistas	19 a)	1.757.812,60	2.492.507,54
Provisões para Contingência PIS s/ Folha de Pagamentos	19 b)	24.399.428,34	24.766.531,07
Provisão para Reestruturação de Pessoal	33 c)	3.949.015,79	6.240.185,71
Recursos com Restrições- Projetos de Pesquisa	20	17.603.632,05	17.741.087,35
Imobilizado com Restrições - Convênios		42.762.776,76	44.572.970,63
Arrendamento Mercantil a Pagar	12	2.626.193,12	4.143.308,06
Créditos com Contratos de Terceiros		401.034,29	397.880,97
Passivo a Realizar- Doações NBCTG 07	22	4.432.879,23	4.457.913,03
Total do Passivo Não Circulante		97.932.772,18	104.812.384,36
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		30.130.899,31	28.880.784,58
Ajustes de Avaliação Patrimonial	24	1.300.116.926,64	1.307.309.013,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	25	1.321.908,83	318.583,49
Superávit do Período	23	5.041.083,50	(4.938.646,77)
Total do Patrimônio Líquido		1.336.610.818,28	1.331.569.734,78
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.265.992.973,04	2.064.699.391,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

Luis Correa Lima

Pe. Luis Correa Lima, S.J.

Presidente da Mantenedora da PUC - Rio

Solange de A. Rodrigues

Solange de Alexandre Rodrigues

Contadora - CRC/RJ nº 092204/O-4



FACULDADES CATÓLICAS PUC RIO

CNPJ: 33.555.921/0001-70

Rua Marquês de São Vicente, nº 225 - Gávea - Rio de Janeiro/RJ - Cep.:22.451-900

Associação sem Fins Lucrativos, com atividade preponderante na área de ensino superior, pesquisa e extensão.

CEBAS com validade até 31.12.2020, conforme Portaria nº 1.936 da SRSES publicada no D.O.U em 20.12.2021. Está em tramitação no MEC processo nº 23000.032154/2020-18 protocolado em 21/12/2020 de renovação CEBAS para o triênio 2021, 2022 e 2023.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Exercícios Anteriores	Déficit / Superávit do Período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.153.686,53	1.314.501.100,32	2.022.600,89	(20.487.589,68)	1.336.189.798,06
Incorporação do Resultado de 2020	(20.487.589,68)			20.487.589,68	-
Incorporação Ajuste de Exercícios Anteriores	2.022.600,89		(2.022.600,89)		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.192.086,84	(7.192.086,84)			-
Ajuste de Exercícios Anteriores			318.583,49		318.583,49
Déficit do Período				(6.260.555,60)	(6.260.555,60)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.880.784,58	1.307.309.013,48	318.583,49	(6.260.555,60)	1.330.247.825,95
Incorporação do Resultado de 2021	(6.260.555,60)			6.260.555,60	-
Incorporação Ajuste de Exercícios Anteriores	318.583,49		(318.583,49)		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.192.086,84	(7.192.086,84)			-
Ajuste de Exercícios Anteriores			1.321.908,83		1.321.908,83
Superávit do Período				5.041.083,50	5.041.083,50
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.130.899,31	1.300.116.926,64	1.321.908,83	5.041.083,50	1.336.610.818,28

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

Pe. Luis Correa Lima, S.J.

Presidente da Mantenedora da PUC - Rio

Solange de Alexandre Rodrigues

Contadora - CRC/RJ nº 092204/O-4



FACULDADES CATÓLICAS PUC-RIO
CNPJ: 33.555.921/0001-70
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

RCPJ-RJ 08/08/2023-51
EEMN39949GYY
fl.: 9/24

	Nota		
	Explicativa	2022 (Em Reais)	2021 (Em Reais)
Receita Bruta de Serviços			Reapresentado
(+) Receitas Prestação de Serviços Educacionais e Pesquisa		725.601.138,11	686.175.412,28
(+) Anuidades da Graduação	26	326.049.735,42	305.051.448,79
(+) Anuidades da Pós Graduação	26	16.249.812,46	17.831.329,36
(+) Receitas de Curso de Extensão	26	55.710.415,03	59.108.961,87
(+) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 50%		4.171.465,00	4.465.893,50
(+) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 100%		28.126.924,00	30.885.526,00
(+) Bolsas de Estudo Beneficentes PROUNI Lei 11.096/05 - 100%		41.872.699,00	48.209.130,00
(+) Bolsas de Estudos Institucionais - Graduação		56.489.452,85	66.341.806,40
(+) Bolsas de Estudos Institucionais Pós Graduação		53.232.105,80	56.258.937,10
(+) Bolsas de Estudos Institucionais - Acordo Trabalhista		20.007.893,00	20.020.924,75
(+) Juros e Multas/ Encargos Educacionais		1.272.686,05	1.527.075,68
(+) Projetos de Pesquisas	26	41.101.202,85	20.894.273,15
(+) Doações e Patrocínios p/ Ensino e Pesquisa	27	4.098.867,40	674.950,00
(+) Projetos Específicos da FPLF	26	59.963.662,24	48.293.484,60
(+) Receita Financeira	26	15.238.820,97	4.636.192,34
(+) Outros Serviços Educacionais (taxas e emolumentos)	26	2.015.396,04	1.975.478,74
(+) Receitas com Restrições - Convênios		131.473.938,42	126.225.889,94
(+) Renúncia Fiscal		117.828.208,62	111.993.348,19
(+) Isenção das Contribuições Sociais	37	117.828.208,62	111.993.348,19
(-) Deduções da Receita		(233.456.418,10)	(249.216.337,48)
(-) Devoluções/Cancelamento - Educação		(28.040.982,77)	(22.987.481,93)
(-) Cancelamento - Projetos		(1.514.895,68)	(46.637,80)
(-) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 50%		(4.171.465,00)	(4.465.893,50)
(-) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 100%		(28.126.924,00)	(30.885.526,00)
(-) Bolsas de Estudo Beneficentes PROUNI Lei 11.096/05 - 100%		(41.872.699,00)	(48.209.130,00)
(-) Bolsas de Estudos Institucionais		(129.729.451,65)	(142.621.668,25)
(=) Receita Líquida Prest. de Serviços Educacionais e Pesquisa		741.446.867,05	675.178.312,93
(-) Custo dos Serviços Prestados		(246.697.955,07)	(237.234.060,73)
(=) Superávit Bruto Serviços Educacionais e Pesquisa		494.748.911,98	437.944.252,20
(+ / -) Receitas e Despesas Operacionais Área Educacional e Pesquisa		(276.902.513,09)	(235.353.787,83)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos		(161.064.739,27)	(140.992.952,56)
(-) Serviços de Terceiros		(68.613.621,30)	(53.074.460,76)
(-) Despesas com Provisões Trabalhistas		(5.332.311,15)	(8.685.174,85)
(-) Despesas com Depreciação/Amortização		(12.810.770,87)	(12.889.953,14)
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa		(5.568.124,72)	(1.353.103,64)
(-) Materiais		(8.239.202,43)	(4.124.115,42)
(-) Aluguéis		(2.160.032,12)	(2.276.192,61)
(-) Impostos e Taxas		(572.859,46)	(1.819.991,16)
(-) Despesa de Consumo		(10.277.882,28)	(9.236.992,78)
(-) Despesa com Seguros	32	(492.846,20)	(560.022,45)
(-) Despesas Gerais		(7.017.651,58)	(5.234.078,92)
(-) Despesas Financeiras		(2.012.128,26)	(1.695.391,68)
(+) Reversões de Provisões para Contingências		7.259.656,55	6.588.642,14
(-) Despesas Operacionais c/ Convênios Contratados		(131.473.938,42)	(126.225.889,94)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos		(71.795.685,79)	(63.841.634,01)
(-) Serviços de Terceiros		(9.740.433,20)	(12.311.917,31)
(-) Despesas com Depreciação		(9.496.908,37)	(9.029.044,80)
(-) Despesas Gerais		(40.440.911,06)	(41.043.293,82)
(-) Isenção Usufruída		(117.828.208,62)	(111.993.348,19)
(-) Isenção das Contribuições Sociais	37	(117.828.208,62)	(111.993.348,19)
(=) Déficit Operacional Educacional e Pesquisa		(31.455.748,16)	(35.628.773,76)
(+) Receitas de Outras Atividades		42.900.554,08	37.898.028,01
(+) Receitas Patrimoniais	26	3.348.597,44	1.165.505,64
(+) Doações	27	1.565.311,52	2.841.890,91
(+) Taxas de Administração - Convênios	26	25.229.721,16	26.255.230,25
(+) Consultorias, Palestras e Outras Complementares	26	12.756.923,96	7.635.401,21
(+ / -) Outras Receitas e Despesas Extraordinárias		(6.403.722,43)	(7.207.901,02)
(+) Ganho na Alienação de Bens		18.000,00	28.000,00
(+) Recuperação de Receitas	21	529.680,17	569.514,97
(-) Perdas no Recebimento de Créditos		(6.951.402,60)	(7.805.415,99)
(=) Superávit do Período		5.041.083,50	(4.938.646,77)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

Pe. Luis Correa Lima
Presidente da Mantenedora da PUC - Rio

Solange de Alexandre Rodrigues
Contadora CRC/RJ 092204-04



CNPJ: 33.555.921/0001-70

Rua Marquês de São Vicente, nº 225 - Gávea - Rio de Janeiro/RJ - Cep.:22.451-900

Associação sem Fins Lucrativos, com atividade preponderante na área de ensino superior, pesquisa e extensão.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Nota Explicativa 30

	2022 (Em reais)	2021 (Em reais)
1) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
1.1) Superávit do Período	5.041.083,50	(6.260.555,60)
Ajuste de Exercício Anteriores	1.321.908,83	318.583,49
Depreciações e Amortizações	12.762.828,11	12.907.543,53
Depreciações e Amortizações c/ Restrições - Convênios	9.496.908,37	9.029.044,80
Perdas Estimadas de Crédito para Liquidação Duvidosa	4.215.021,08	191.006,37
Provisões Sociais e Trabalhistas	3.432.558,33	469.193,61
Provisões para Contingências Trabalhistas	(734.694,94)	(824.231,14)
Provisões para contingência PIS sobre Folha de Pagamento	(367.102,73)	4.005.265,50
Provisão para Reestruturação de Pessoal	(2.291.169,92)	(1.522.659,01)
(=) Superávit do Período Ajustado	32.877.340,63	18.313.191,55
1.2) Variação nas contas de Ativos Circulantes e Não Circulantes		
Semestralidades a Receber	189.872,74	2.602.446,42
Serviços a Receber de Projetos de Pesquisa	(2.292.953,49)	(112.231,80)
Mensalidades Renegociadas	947.015,46	3.401.029,09
Contratos Firmados por Convênios	(80.270.031,77)	69.696.089,87
Alugueis e Concessões	(754.958,06)	285.999,69
Aditamentos do FIES	39.988,28	99.679,51
Outros Valores a Receber	(1.922.058,78)	(4.614.197,71)
Despesa Antecipada	(46.364,42)	5.369,17
Adiantamentos a Funcionários	866.151,69	(74.984,00)
Adiantamento para Ressarcimento Futuro - Convênios	(7.440.718,76)	(2.673.002,65)
Adiantamentos Diversos	(1.543.875,69)	(473.456,94)
Créditos Tributários	-	(138.920,96)
Bolsas Reembolsáveis	390.496,77	1.011.041,37
Depósitos Judiciais	(570.562,44)	(457.796,32)
Créditos com Contratos de Terceiros	(2.580.523,63)	-
Juros a apropriar Leasing	32.131,52	(132.073,63)
(=) Total da Variação Ativo Circulante e Não Circulante	(94.956.390,58)	68.424.991,11
1.3) Variação nas contas de Passivos Circulantes e Não Circulantes		
Obrigações Trabalhistas	1.107.301,28	906.203,21
Obrigações Sociais	900.521,09	(235.396,83)
Obrigações Tributárias	1.557.741,68	(57.389,13)
Fornecedores	1.551.589,47	(193.958,04)
Obrigações Educacionais	721.793,83	431.871,79
Obrigações a Cumprir por Convênios	109.380.736,33	34.943.297,70
Contratos Firmados por Convênios	80.270.031,77	(69.696.089,87)
Créditos com Contratos de Terceiros	2.580.523,63	-
Outras Obrigações a Curto Prazo	345.979,58	79.833,91
Receitas Antecipadas	(5.110,29)	(4.915,21)
Imobilizado com Restrições	(137.455,30)	(468.520,46)
Recursos com Restrições- Projetos de Pesquisa	(1.810.193,87)	(1.253.454,44)
Passivo a Realizar- Doações NBCTG 07	(25.033,80)	(25.033,80)
(=) Total da Variação Passivos Circulantes e Não Circulantes	196.438.426,40	(35.573.651,17)
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais 1.1)+1.2)+1.3)	134.359.376,45	51.164.631,49
2) Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições e Reavaliações do Imobilizado - Recursos Próprios	(19.001.142,22)	(10.933.090,33)
Aquisições do Intangível - Recursos Próprios	(410.547,59)	(123.356,00)
Aquisições e Reavaliações do Imobilizado - Recursos Convênios	(7.686.714,50)	(7.811.157,81)
Aquisições do Intangível - Recursos Convênios	-	35.567,45
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(27.098.404,31)	(18.832.036,69)
3) Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Resultado de Financiamentos e Empréstimos	(1.278.604,30)	3.313.704,25
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(1.278.604,30)	3.313.704,25
1)+2)+3) (=) Aumento/Redução de Caixa Líquido	105.982.366,84	35.646.299,05
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa		
(+) Saldo Inicial	218.817.265,42	183.170.966,37
(-) Saldo final	324.799.632,26	218.817.265,42
(=) Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.982.366,84	35.646.299,05

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

Pe. Luis Correa Lima, S.J.

Solange de Alexandre Rodrigues



FACULDADES CATÓLICAS PUC RIO
 CNPJ: 33.555.921/0001-70
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Nota Explicativa 31

	2022 (Em reais)		2021 (Em reais)	
1) Receitas	973.975.665,76		938.928.344,14	
1.1) Anuidades da Graduação e Pós Graduação	342.299.547,88		322.882.778,15	
1.2) Receitas de Curso de Extensão	55.710.415,03		59.108.961,87	
1.3) Projetos de Pesquisas	41.101.202,85		20.894.273,15	
1.4) Projetos Específicos da FPLF	59.963.662,24		48.293.484,60	
1.5) (-) Deduções da Receita				
1.5.1) (-) Devoluções e Cancelamentos - Educação	(28.040.982,77)		(22.987.481,93)	
1.5.2) (-) Cancelamentos - Projetos	(1.514.895,68)		(46.637,80)	
1.6) Bolsas de Estudos Beneficentes				
1.6.1) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 50%	4.171.465,00		4.465.893,50	
1.6.2) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 100%	28.126.924,00		30.885.526,00	
1.6.3) Bolsas de Estudo Beneficentes PROUNI Lei 11.096/05 - 100%	41.872.699,00		48.209.130,00	
1.7) Bolsas de Estudos Institucionais	129.729.451,65		142.621.668,25	
1.8) Doações e Patrocínios p/ Ensino e Pesquisa	4.098.867,40		674.950,00	
1.9) Outras Receitas Educacionais (taxas e emolumentos)	2.015.396,04		1.975.478,74	
1.10) Receitas Patrimoniais	3.348.597,44		1.165.505,64	
1.11) Doações p/ Custeio	1.565.311,52		2.841.890,91	
1.12) Taxas de Administração - Convênios	25.229.721,16		26.255.230,25	
1.13) Consultorias, Palestras e Outras Receitas Complementares	12.756.923,96		7.635.401,21	
1.14) Reversão de Provisões Trabalhistas	7.259.656,55		6.588.642,14	
1.15) Perdas e Ganhos na Alienação de Bens	18.000,00		28.000,00	
1.16) Recuperação de Receitas	529.680,17		569.514,97	
1.17) Isenções de Contribuições Sociais	117.828.208,62		111.993.348,19	
1.18) Receitas com Restrições - Convênios e Termos de Cooperação	131.473.938,42		126.225.889,94	
1.19) (-) Perdas Estimadas de Crédito para Liquidação Duvidosa	(5.568.124,72)		(1.353.103,64)	
2) (-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(602.925.019,65)		(564.386.617,08)	
2.1) (-) Custo com Pessoal Docente	(246.697.955,07)		(237.234.060,73)	
2.2) (-) Materiais	(8.239.202,43)		(4.126.047,70)	
2.3) (-) Despesas com Água, Luz e Telefone	(10.277.882,28)		(9.236.992,78)	
2.4) (-) Serviços de Terceiros	(68.613.621,30)		(53.288.387,53)	
2.5) (-) Despesas com Seguros	(492.846,20)		(560.022,45)	
2.6) (-) Perdas de Receitas Operacionais Educacionais e de Pesquisa	(6.951.402,60)		(7.805.415,99)	
2.7) (-) Despesas com Contingências Trabalhistas	(5.332.311,15)		(8.685.174,85)	
2.8) (-) Despesas Gerais	(7.017.651,58)		(5.231.276,92)	
2.9) (-) Despesas Operacionais c/ Convênios e Termos de Cooperação	(131.473.938,42)		(126.225.889,94)	
2.10) (-) Isenções de Contribuições Sociais	(117.828.208,62)		(111.993.348,19)	
3) (=) Valor Adicionado Bruto (1-2)	371.050.646,11		374.541.727,06	
4) (-) Depreciação e Amortização	(12.810.770,87)		(12.811.076,56)	
5) (=) Valor Adicionado Líquido (3-4)	358.239.875,24		361.730.650,50	
6) Valor Adicionado Recebido em Transferência	14.877.716,13		4.908.361,71	
Receitas Financeiras / (-) Despesas Financeiras				
6.1) Juros e Multas sobre Encargos Educacionais	1.272.686,05		1.527.075,68	
6.2) Receitas Financeiras	15.238.820,97		4.636.192,34	
6.3) (-) Despesas Financeiras	(1.633.790,89)		(1.254.906,31)	
7) (=) Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	373.117.591,37		366.639.012,21	
8) (=) Distribuição do Valor Adicionado (= 7)	373.117.591,37	100,00%	366.639.012,21	100,00%
8.1) Pessoal	161.064.739,27	43,17%	142.180.680,92	38,78%
8.1.1) Gastos com Pessoal e Encargos (Administrativo)	161.064.739,27		142.180.680,92	
8.2) Gratuidades Concedidas	203.900.539,65	54,65%	226.182.217,75	61,69%
8.2.1) Bolsas de Estudos Beneficentes				
8.2.1.1) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 50%	4.171.465,00		4.465.893,50	
8.2.1.2) Bolsas de Estudo Beneficentes LC 187/2021 - 100%	28.126.924,00		30.885.526,00	
8.2.1.3) Bolsas de Estudo Beneficentes PROUNI Lei 11.096/05 - 100%	41.872.699,00		48.209.130,00	
8.2.2) Bolsas de Estudos Institucionais	129.729.451,65		142.621.668,25	
8.3) Impostos, Taxas e Contribuições	572.859,46	0,15%	1.819.991,16	0,50%
8.3.1) Federais/Estaduais e Municipais	572.859,46		1.819.991,16	
8.4) Remuneração de Capitais de Terceiros	2.538.369,49	0,68%	2.716.677,98	0,74%
8.4.1) Juros e Aluguéis	2.538.369,49		2.716.677,98	
8.5) Remuneração de Capitais Próprios	5.041.083,50	1,35%	(6.260.555,60)	-1,71%
8.5.1) Superávit do Período	5.041.083,50		(6.260.555,60)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

Luís Correa Lima

Pe. Luís Correa Lima, S.J.
 Presidente da Mantenedora da PUC - Rio

Solange de A. Rodrigues

Solange de Alexandre Rodrigues
 Contadora - CRC/RJ nº 092204/O-4

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**

(Valores expressos em reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

FACULDADES CATÓLICAS-PUC-RIO, é uma "ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, pessoa jurídica de direito privado, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área da educação de ensino superior, pesquisa e extensão, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, instituída em 1940, qualificada pela Portaria 679, de 12 de novembro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) , portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) , conforme Portaria nº 1.936 da SRSES publicada no D.O.U em 20.12.2021, válido até 31/12/2020 referente ao triênio 2018,2019 e 2020. Está em tramitação no MEC processo nº 23000.032154/2020-18 protocolado em 21/12/2020 de renovação CEBAS para o triênio 2021 , 2022 e 2023.; tem por finalidades estatutárias (artigo 2º): Fundar, manter e administrar instituições de educação e estabelecimentos de ensino superior integrantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ou que venham à integrá-la, promovendo, inclusive, através da mesma, ações de assistência social, sem qualquer discriminação de etnia, gênero, orientação religiosa ou por qualquer forma de deficiência.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 202, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Norma Técnica CFC NBC TG e CPC 00(R02), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionada com a Norma Técnica CFC nº NBC TG 26(R05), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº. 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (ITG 2000 (R01))

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Conforme determina a Norma Técnica do CFC nº NBC TG 03 (R 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Norma Técnica do CFC nº NBC TG 26 (R05) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

- c) **Ativos Circulantes e Não Circulantes – Contas a Receber de Clientes:**
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado;
- d) **Perdas Estimadas de Crédito para Liquidação Duvidosa (PECLD):**
Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios adotados pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC nº. 1.409/12 (ITG 2002) – Entidades Sem Finalidades de Lucro e o Parecer de Orientação da CVM 21/90;
- e) **Imobilizado/Intangível:**
Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção ou reavaliação, deduzido da depreciação/amortização calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens e Norma Técnica do CFC nº NBC – TG 27 (R04)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido;
- f) **Passivos Circulantes e Não Circulantes:**
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido;
- g) **Prazos:**
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes;
- h) **Provisão de Férias e Encargos:**
Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço;
- i) **Provisão de 13º Salário e Encargos:**
Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço;
- j) **As Despesas e as Receitas:**
Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência;
- k) **Apuração do Resultado:**
O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;
- l) **Estimativas Contábeis:**
A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, as Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.
- m) **Novas Normas Contábeis:**
Breve histórico das normas IFRS (International Financial Reporting Standards) adotadas pela Entidade emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) correlacionadas com as Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Norma	Aplicável	Impacto
IFRS_09_Instrumentos Financeiros_CFC_NBC TG_48	A partir de 2018	Não foram percebidos impactos significativos a ponto de alterar as estimativas contábeis
IFRS_15_Receitas de Contratos com Clientes CFC NBC TG 47	A partir de 2018	Em adoção, sendo praticado. Nota Explicativa Receitas nº 26
IFRS_06_Operações de Arrendamento Mercantil CFC_NBC TG_06 (R03)	A partir de 2019	Em adoção, sendo praticado. Nota Explicativa_ Leasing nº 12
IFRS_07_Contrato de Seguros_CFC_NBC TG_50	A partir de 2021	Em adoção, sendo praticado. Nota Explicativa_ Contratos de Seguros nº 08 e 32

fl.: 14/24

n) Nova Legislação da Filantropia_ Educação Superior com CEBAS:

Em conformidade com a Lei complementar nº 187/2021 publicada em 16/12/2021 que define sobre os requisitos e critérios para manutenção do CEBAS e em seu Art.3º inciso IV) a Entidade atende a legislação fiscal em vigor informando para a Receita Federal a escrituração contábil incluindo a ECD (Escrituração Contábil Digital) e a ECF (Escrituração Contábil Fiscal, bem como, as demais obrigações fiscais em vigor nas esferas federais, estaduais e municipais. Além disso as Demonstrações Contábeis elaboradas no fechamento de 2022 já adotou impactos cabíveis dessa legislação que ainda aguarda regulamentação por Decreto.

NOTA 05 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Entidade, com o objetivo de avaliar as consequências de eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus ativos, está empreendendo ações para revisão dos respectivos valores contábeis líquidos em relação ao seu valor justo.

Até o encerramento do presente exercício, tais consequências não foram identificadas e assim não se fez necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 06 – AJUSTE A VALOR PRESENTE (Resolução do CFC nº 1.151/09) (NBC TG 12 do CFC)

As contas de Ativos e Passivos Circulantes, assim como as contas de Ativos e Passivos não Circulantes estão apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e são registrados em valor presente. Foi verificada a necessidade de ajustar a valor presente contrato de Arrendamento Mercantil descritos no Nota Explicativa 12.

NOTA 07 – ATIVO CIRCULANTE

Este grupo está composto por Caixa e Equivalente de Caixa, Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis. Assim demonstrado:

I - CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA	2022	2021
Caixas e Bancos - Contas Movimentos (Recursos Próprios e de Projetos de Pesquisa)	2.367.413,78	2.426.133,25
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios e de Projetos de Pesquisa	139.840.839,59	112.129.044,31
Bancos e Aplicações Financeiras - Recursos com Restrições - Convênios	182.591.378,89	104.262.087,86
Total	324.799.632,26	218.817.265,42
II - RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	2022	2021
Semestralidades (i)	24.867.755,45	25.057.628,19
Serviços a Receber de Projetos e Pesquisa (ii)	6.665.812,72	4.372.859,23
Mensalidades Renegociadas (iii)	1.412.678,85	2.359.694,31
Créditos de Contratos de Terceiros	4.317.580,70	1.740.210,39
Alugueis e Concessões	1.097.050,84	342.092,78
Titulos do Fies e Aditamentos	4.412.302,31	4.452.290,59
Outros Valores Recebíveis	12.641.466,16	10.719.407,38
Contratos Firmados por Convênios (v)	398.687.212,10	318.417.180,33
(-) Perdas Estimadas de Crédito para Liquidação Duvidosa	(5.568.124,72)	(1.353.103,64)
Total	448.533.734,41	366.108.259,56

- i. Semestralidades: referem-se a direitos a receber de alunos de graduação, pós-graduação e cursos de extensão, pela contraprestação de serviços educacionais.
- ii. Serviços a Receber de Projetos de Pesquisa referem-se às atividades de pesquisas desenvolvidas pela PUC-Rio.
- iii. Valores das Mensalidades da Graduação Renegociadas acumulados até o exercício de 2022 respectivamente.
- iv. Contratos Firmados por Convênios a Vencer referem-se a valores a receber previstos em contratos firmados com Órgãos Governamentais.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto pelos seguros (Despesa Antecipada), adiantamentos e impostos a recuperar, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelos seus respectivos valores nominais.

Em atendimento a Norma Técnica do CFC – NBC TG 50 que trata de Seguros Contratos e Riscos envolvidos vigente, segue abaixo o detalhamento dos valores dos prêmios de seguros para utilização no exercício seguinte.

PRÊMIOS DE SEGUROS	31/12/2022	31/12/2021
	PRÊMIO LÍQUIDO	
Responsabilidade Civil (i)	R\$ 21.236,68	R\$ 21.236,77
MultiRiscos_Patrimonial (ii)	R\$ 355.465,50	R\$ 309.100,99
Totais	R\$ 376.702,18	R\$ 330.337,76

(i) Em 23 de Dezembro de 2022 a Companhia contratou cobertura de seguro de Responsabilidade Civil _Ensino Superior com base em 15.000 alunos- Tokio Marine Seguradora (vide Nota Explicativa nº 32).

(ii) Em 31 de Dezembro de 2022 a Companhia contratou cobertura de seguro de MultiRiscos _Patrimoniais - Tokio Marine Seguradora (vide Nota Explicativa nº 32).

NOTA 09 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Este grupo está composto por bolsas reembolsáveis (programa de caráter comunitário instituído pela PUC-Rio em apoio aos alunos, valores a serem recebidos após o término do curso), depósitos judiciais e outros créditos, cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

NOTA 10 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Em conformidade com as Normas Técnicas do CFC nº NBC_TG 27(R 04) e NBC _ TG 04 (R04), Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação/amortização do período, conforme taxas definidas pela legislação vigente, originando o valor líquido contábil.

A) RECURSOS PRÓPRIOS- IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

IMOBILIZADO	Taxa	Custo Corrigido 2022	Depreciação Acumulada 2022	Valor Líquido 2022	Valor Líquido 2021
Terrenos	0%	647.926.672,87	-	647.926.672,87	647.926.672,87
Edificações e Benfeitorias	1%	747.828.892,58	(52.348.011,24)	695.480.881,34	702.959.168,66
Obras em Andamento	0%	8.575.221,72		8.575.221,72	8.575.221,72
Máquinas/Equipamentos	20%	126.104.856,73	(120.644.860,23)	5.459.996,50	4.109.344,86
Equipamentos de Informática	33%	61.626.370,87	(57.893.416,37)	3.732.954,50	2.027.440,04
Moveis e Utensílios	20%	17.775.776,86	(16.884.543,01)	891.233,85	882.308,23
Veículos	20%	703.517,24	(645.789,23)	57.728,01	110.945,92
Biblioteca	10%	5.947.915,27	(5.815.369,66)	132.545,61	148.967,66
Importações em Andamento	0%	44.900.548,70		44.900.548,70	32.775.622,27
Maquinas e Equipamento Arrend Mercantil	20%	7.312.960,11	(4.075.668,02)	3.237.292,09	4.483.764,14
TOTAL IMOBILIZADO		1.668.702.732,95	(258.307.657,76)	1.410.395.075,19	1.403.999.456,37
INTANGÍVEL	Taxa	Custo Corrigido 2022	Amortização Acumulada 2022	Valor Líquido 2022	Valor Líquido 2021
Sistemas Aplicativos-Software	33%	8.254.790,22	(7.836.927,71)	417.862,51	164.619,62
TOTAL INTANGÍVEL		8.254.790,22	(7.836.927,71)	417.862,51	164.619,62
TOTAL DO GRUPO		1.676.957.523,17	(266.144.585,47)	1.410.812.937,70	1.404.164.075,99

B) RECURSOS DE CONVÊNIOS- IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

IMOBILIZADO	Taxa	Custo Corrigido 2022	Depreciação Acumulada 2022	Valor Líquido 2022	Valor Líquido 2021
Máquinas/Equipamentos	20%	17.151.441,47	(11.553.647,27)	5.597.794,20	6.041.683,09
Equipamentos de Informática	33%	12.291.958,89	(8.167.193,41)	4.124.765,48	3.002.001,92
Moveis e Utensílios	20%	779.746,66	(548.123,11)	231.623,55	288.561,49
Veículos	20%	38.808,00	(38.808,00)	-	-
Importações em Andamento	0%	6.501.055,98		6.501.055,98	22.119.506,46
Obras em Andamento	0%	3.341.536,91		3.341.536,91	3.341.536,91
Maquinas/Equipamentos Importado	20%	58.619.141,64	(35.692.960,25)	22.926.181,39	9.689.761,40
TOTAL IMOBILIZADO		98.723.689,55	(56.000.732,04)	42.722.957,51	44.483.051,27
INTANGÍVEL	Taxa	Custo Corrigido 2022	Amortização Acumulada 2022	Valor Líquido 2022	Valor Líquido 2021
Sistemas Aplicativos-Software	33%	1.690.001,66	(1.650.182,41)	39.819,25	89.919,36
TOTAL INTANGÍVEL		1.690.001,66	(1.650.182,41)	39.819,25	89.919,36
TOTAL DO GRUPO		100.413.691,21	(57.650.914,45)	42.762.776,76	44.572.970,63

NOTA 11 – PASSIVO CIRCULANTE

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

9
LLP

NOTA 12 – ARRENDAMENTO MERCANTIL – LEASING

Em atendimento NBC TG 06 (R03) – Operações de Arrendamento Mercantil, segue no quadro abaixo contendo as características contratuais:

NOTA 12 CONTRATOS VIGENTES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL LEASING							
Modalidade/Finalidade	Contrato Aquisição		Arrendadora e Indexador	Venct.	Valores em Reais a Curto Prazo	Valores em Reais a Longo Prazo	Totais 2022 em R\$
	06928SR0 1V6	10/2018	ILS =0,999979%	11/2023	430.413,66	-	430.413,66
	06594SR0 2V6	05/2021		05/2026	1.086.700,80	2.626.193,60	3.712.894,40
Totais 2022 em R\$					1.517.114,18	2.626.193,12	4.143.307,30
AVP - Ajuste a Valor Presente a apropriar							(138.636,74)
Saldo do Arrendamento a pagar em 31/12/2022 após AVP							4.004.670,56

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais e impostos sobre a folha de pagamento e de serviços de terceiros contratados pela Entidade que apenas repassa aos Órgãos Governamentais.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES A CUMPRIR POR CONVÊNIOS

Estão demonstrados no grupo Ativo Circulante – conta Recursos com Restrições Convênios e no grupo Passivo Circulante – conta obrigações por Convênios R\$ 304.273.015,49 em 2022 e R\$ 194.892.279,16 em 2021. São recursos financeiros provenientes de Convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando a respectiva documentação à disposição para qualquer fiscalização.

NOTA 15 – CONTRATOS FIRMADOS POR CONVÊNIOS A CUMPRIR

Contratos Firmados por Convênios a Vencer referem-se a valores a receber previstos em termos de parcerias com Órgãos Governamentais no montante de R\$ 398.687.212,10 em 2022 e R\$ 318.417.180,33 em 2021.

NOTA 16 – PROVISÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Estão calculadas com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço e incluem os encargos sociais correspondentes.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES EDUCACIONAIS

As Obrigações Educacionais são valores recebidos antecipadamente, relativos às mensalidades, no valor de R\$ 8.658.739,64 em 2022 com vencimentos em 2023.

NOTA 18 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Esse grupo está composto por Provisões Trabalhistas e Imobilizações de Recursos vinculados, valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

NOTA 19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Em atendimento a Norma Técnica do CFC – NBC TG 25(R02), e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão, no qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado.

PPP
f

NOTA 19_ Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes			
	a) Trabalhistas	b) Tributário_PIS s/ Folha de Pagamentos	Total
01/01 a 31/12/2022			
Saldo Inicial	2.492.507,54	24.766.531,07	27.259.038,61
(+) Constituição	1.757.812,60	4.179.430,36	5.937.242,96
(-) Reversão	(2.492.507,54)	(4.546.533,09)	(7.039.040,63)
Saldo Final	1.757.812,60	24.399.428,34	26.157.240,94
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2022	1.377.956,21	-	1.377.956,21
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2021	526.092,97	-	526.092,97

- a) Constituída para a cobertura de eventuais perdas, conforme avaliação da Assessoria Jurídica da Entidade, relacionadas a processos de natureza trabalhista.
- b) Refere-se à provisão do PIS sobre a Folha de Pagamento, a partir da competência de março de 2000. A PUC-Rio, conservadoramente, mantém a provisão desse recurso, mesmo após obter sentença favorável que garante a imunidade tributária em relação a esse recolhimento, tendo em vista a obrigação legal que os advogados da União têm de recorrer até a última instância. Houve extinção do Processo Administrativo de cobrança na Receita Federal dos valores declarados até o ano de 2016. Com base neste fato, a partir de 2017, vem sendo realizada reversão dos valores que ultrapassaram o prazo decadencial desta provisão.

NOTA 20 – RECURSOS COM PROJETOS DE PESQUISA

São valores recebidos de Entidades Privadas Nacionais para aquisição de bens destinados aos Projetos de Pesquisa desenvolvidos pela PUC-Rio. Em atendimento a Norma Técnica do CFC nº NBC TG 07(R02), os valores recebidos serão reconhecidos no Resultado em contraposição da despesa de depreciação/amortização gerada por esses bens.

NOTA 21 – RECUPERAÇÃO DE RECEITAS

São valores recuperados das baixas contabilizadas como perdas em períodos passados, superiores a três anos de inadimplência, cujo montante em 2022 foi de R\$ 529.680,17.

NOTA 22 – PASSIVO A REALIZAR - DOAÇÕES

Este saldo representa ativos depreciáveis dados em Doação que será reconhecido como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação, em atendimento a Norma Técnica do CFC nº NBC TG 07(R02).

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social, o resultado do período - Superávit de R\$ 5.041.083,50 em 2022, e valores dos Ajustes de Exercícios Anteriores e dos Ajustes de Avaliação Patrimonial.

NOTA 24 – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Faculdades Católicas efetuou em 2015 a revisão dos valores de suas Edificações e Terrenos do Grupo de Contas do Ativo Imobilizado alterando a estimativa de vida útil. O critério adotado para a atualização dos valores foi o de valor de mercado.

A avaliação foi efetuada com base no laudo de avaliação preparado pela empresa INSPEC Engenharia LTDA conforme Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, nº OL00316148 em 21/12/2015, de acordo com as exigências legais apresentadas nas Normas Técnicas do CFC nsº NBC TG 27(R04) e NBC TG 12 .

A realização do ajuste vem sendo efetuada mensalmente, conforme memória de cálculo resultante da avaliação.

RDD S

NOTA 25 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021 -AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404 - Artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido - conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade.

Foram identificados valores relacionadas Receitas e Despesas Operacionais e relativas a Imobilizado, , bem como reflexos de valores depreciados que não foram reconhecidas, no resultado de períodos anteriores no valor de R\$ 1.321.908,83

Estes ajustes de exercícios anteriores, que não foram apropriados nas suas competências, estão sendo ajustados nessas demonstrações, conforme quadro a seguir:

QUADRO DEMNSTRATIVO DA REAPRESENTAÇÃO DE AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	Ano:2021 Anteriormente Apresentado R\$	Ajuste R\$	Ano:2021 Nova Apresentação Reclassificado R\$
1) Total do Ativo Circulante (a Reclassificar)	608.849.966,57	1.932,28	608.851.898,85
1.1) Outros Ativos Circulantes (a Reclassificar)	23.924.441,59	1.932,28	23.926.373,87
Ajustes			
Adiantamento Diversos		1.932,28	
2) Total do Ativo Não Circulante Bens (a Reclassificar)	1.448.482.507,65	(78.876,58)	1.448.403.631,07
Ajustes			
Imobilizado - Recursos Próprios	1.403.999.456,38	(78.876,58)	1.403.920.579,80
Bens em Uso	1.649.701.590,73		1.649.701.590,73
(-) Depreciação Acumulada	(245.702.134,35)	(78.876,58)	(245.781.010,93)
2)TOTAL DO ATIVO (a Reclassificar)	2.064.776.336,29	(76.944,30)	2.064.699.391,99
3) Patrimônio Líquido	1.330.247.825,95	1.321.908,83	1.331.569.734,78
Ajustes			
Déficit do Período	(20.487.589,68)	(76.944,30)	(20.564.533,98)
4) TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (a Reclassificar)	2.064.776.336,29	(76.944,30)	2.064.699.391,99
Déficit do Período	(6.260.555,60)	1.321.908,83	(4.938.646,77)
5) Demonstração do Resultado do Período			
Ajustes			
		1.321.908,83	
5.1) (-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	(142.180.680,92)	1.187.728,36	(140.992.952,56)
5.2) (-) Serviços de Terceiros	(53.288.387,53)	213.926,77	(53.074.460,76)
5.3) (-)Despesas com Depreciação/Amortização	(12.811.076,56)	(78.876,58)	(12.889.953,14)
5.4) (-)Materiais	(4.126.047,70)	1.932,28	(4.124.115,42)
5.5) (-)Despesas Gerais	(5.231.276,92)	(2.802,00)	(5.234.078,92)
(=) Déficit do Período (a Reclassificar)	(6.260.555,60)	1.321.908,83	(4.938.646,77)

f
ml

NOTA 26 – RECEITAS (NBC TG 47)

Em atendimento a Norma Técnica do Conselho Federal de Contabilidade nº NBC TG 47 em vigor desde de 01/01/2018, as receitas oriundas das atividades de educação, são reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados e correspondem aos valores das vagas escolares, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/99). Seguem abaixo os montantes relevantes da receita reconhecida de cada categoria dos exercícios respectivos.

NOTA 26_ QUADRO	Descrição das Receitas	Valores em R\$	
		2022	2021
	Receitas de Anuidades da Graduação	326.049.735,42	305.051.448,79
	Receitas de Anuidades Pós Graduação	16.249.812,46	17.831.329,36
	Receitas de Curso de Extensão	55.710.415,03	59.108.961,87
	Receitas de Atividades de Pesquisas	41.101.202,85	20.894.273,15
	Receitas de Projetos Específicos e Outros	59.963.662,24	48.293.484,60
	Receitas Financeiras (Rendimentos s/ Aplic. Financeira. e Juros e Multas Recebidos)	16.511.507,02	6.163.268,02
	Outros Serviços Educacionais e de Pesquisa (taxas e emolumentos)	2.015.396,04	1.975.478,74
	Receitas Patrimoniais (Estacionamento, Aluguéis e Concessões)	3.348.597,44	1.165.505,64
	Taxas de Administração (Projetos e Convênios)	25.229.721,16	26.255.230,25
	Receitas de Atividades Complementares da Entidade (Consultorias, Palestras e Outros)	12.756.920,96	7.635.401,21
	Total	558.936.970,62	494.374.381,63

NOTA 27 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a Entidade recebe doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, conforme demonstrado abaixo:

Receita de Doações	Valores Recebidos	
	2022	2021
Doações e Patrocínios p/ Ensino e Pesquisa	4.098.867,40	674.950,00
Doações p/ Custeio	1.565.311,52	2.841.890,91
Total	5.664.178,92	3.516.840,91

NOTA 28 – APLICAÇÕES DE RECURSOS

A Entidade aplicou todos os seus recursos em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 29 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O Superávit do Período de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucro.

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a Norma Técnica do CFC nº NBC TG 03 (R03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 31 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.138/2008 que aprovou a NBC TG 09.

f
m

NOTA 32 – COBERTURA DE SEGUROS _NBC TG 50

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo, principalmente, o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. Os totais gastos com seguros em 2022 foram R\$ 492.846,20 e em 2021 foram R\$ 560.022,45.

Em atendimento a Norma Técnica do CFC – NBC TG 50 que trata de Seguros Contratos e Riscos envolvidos vigente, segue abaixo o detalhamento dos valores de cobertura, bem como, tipo de seguros contratados para utilização no exercício seguinte.

TIPO DE SEGUROS	31/12/2022	31/12/2021
LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO		
Responsabilidade Civil (i)	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
Seguro Residencial (Específico)(ii)	R\$ 1.000.000,00	R\$ 685.000,00
MultiRiscos Patrimonial(ii)	R\$ 160.000.000,00	R\$ 160.000.000,00

(i) Contrato de seguro de Responsabilidade Civil permanente coberturas de objetos pessoais de empregados, clientes e visitantes, bem como, cobertura para eventos; circulação de equipamentos; vazamentos das instalações; riscos de contingências de veículos e etc. A vigência do seguro é do dia 31/12/2022 ao dia 31/12/2023.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2022 a Companhia contratou cobertura de seguro de MultiRiscos _Patrimoniais e Residenciais (específicos) com a Tokio Marine Seguradora. A vigência do seguro é do dia 31/12/2022 ao dia 31/12/2023.

NOTA 33 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (NBC TG 33(R02))

Em atendimento a Norma Técnica do Conselho Federal de Contabilidade nº NBC TG 33(R02), a Entidade descreve abaixo os benefícios concedidos aos empregados conforme entendimento desta Norma:

Descrição dos Benefícios	Valores em R\$	
	2022	2021
a- Benefícios de curto prazo	289.342.234,53	273.556.931,73
b- Outros Benefícios de longo Prazo	24.828.222,14	25.062.796,75
c- Benefícios por desligamento - Programa de Renovação de Quadro(PRQ)	2.291.169,92	1.529.228,44
d- Benefícios por desligamento - Outros	2.895.945,51	914.345,15
Total	319.357.572,10	301.063.302,07

Os benefícios a empregados incluem esta Norma:

- (a) Benefícios de curto prazo compreendem salários, gratificações, licença para aprimoramento, licença por doença remunerada, adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno, auxílio creche e benefícios não monetários tais como assistência médica, odontológico, estabilidade provisória, auxílio refeição, cartão alimentação, transporte, previdência privada, seguro de vida em grupo e bolsas de estudo.
- (b) Outros benefícios de longo prazo tais como licença remunerada por doença e gratificação por tempo de serviço e,
- (c) Benefícios por desligamento do Programa de Renovação de Quadro (PRQ), que foi reconhecido contabilmente a partir do exercício de 2005 e está respaldado por documento elaborado de acordo com os critérios estabelecidos através da Instrução Especial Interna. O valor efetivamente pago em 2022 foi de R\$ 2.291.169,92 apresentado no quadro acima. Os valores provisionados para este benefício são demonstrados no grupo: Passivo Não Circulante – conta: Provisão para Reestruturação de Pessoal, no valor de R\$ 3.949.015,79 saldo em 2022.
- (d) Outros Benefícios por desligamento são pagos conforme legislação trabalhista e/ou acordos contratuais vigentes.

NOTA 34 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune/isenta à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, Inciso III, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Lei nº 9.532/07, Lei 11.096/05, Lei Complementar nº 187/2021.

NOTA 35 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, e esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 19 do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.19 do Estatuto Social);
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 19 do Estatuto Social).

NOTA 36 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

As Faculdades Católicas é uma Entidade Beneficente de Assistência Social, é detentora do CEBAS, e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 3º da Lei Complementar No. 187/2021, cumpri os seguintes requisitos:

- não percebe a seus diretores, conselheiros, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 19 do Estatuto Social);
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.19 do Estatuto Social) e na hipótese de prestação de serviços de terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art 195 da Constituição Federal;
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade beneficentes certificadas ou a entidades públicas (art.24 do Estatuto Social);
- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e com legislação fiscal em vigor;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 37 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

CEBAS com validade até 31.12.2020 referente ao triênio 2018,2019 e 2020, conforme Portaria nº 1.936 da SRSES publicada no D.O.U em 20.12.2021.

Está em tramitação no MEC processo nº 23000.032154/2020-18 protocolado em 21/12/2020 de renovação CEBAS para o triênio 2021, 2022 e 2023.

Conforme o artigo 4º da Lei Complementar No. 187/2021, a entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo são demonstradas as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é recolhido.

Isenção Usufruída	Ano 2022
INSS – Quota Patronal	102.782.729,83
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (3%)	15.045.478,79
Total Isenção Usufruída	117.828.208,62

Forma de contabilização:

1- Registro da despesa e Obrigação:

D- Outras despesas – Isenções das Contribuições Sociais Usufruídas (Grupo: Despesas)

C- Contribuições Sociais Usufruídas – Quota Patronal e COFINS (Grupo: Passivo Circulante)

2- Registro da isenção usufruída e baixa da obrigação:

D- Contribuições Sociais Usufruídas – Quota Patronal e COFINS (Grupo: Passivo Circulante)

C- Receita de Contribuições Sociais Usufruídas (Grupo: Receita)

NOTA 38 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR (ADESÃO AO PROUNI)

A Entidade, em observância à Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, aderiu ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI, em novembro de 2006, através do qual, além de outras assistências educacionais e programas filantrópicos que a Entidade mantém, oferece gratuidades integrais e parciais aos beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

A entidade atende o artigo 21 e as condições prevista no caput do art 20 e §§ 1º, 2º 5º desta Lei Complementar 187/2021 e atinge os números de bolsa quantitativas (uma bolsa de estudo integral para cada 5 alunos pagantes) no art 20 §1º Inciso II define que para alcance do número mínimo exigido fica mantida a equivalência de 2 (duas) bolsas de estudo parciais(50%) equivalem a 1 (uma) bolsa de estudo integral, conforme demonstrativo a seguir:

Tendo em vista a obrigação prevista no art. 21 § 3º da Lei Complementar 187/2021, que as entidades que atuam com Educação Superior, devem conceder no mínimo, uma bolsa de estudo integral no âmbito do PROUNI, para cada 9 (nove) alunos pagantes, demonstramos no quadro abaixo que a entidade cumpre efetivamente o 1 x 9 somente com bolsas integrais no PROUNI:

Ressalta-se que as bolsas de estudo integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do artigo 19 da Lei Complementar 187/2021.


DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO	Ano 2022
Alunos Matriculados nos Cursos de Graduação	8.637
(-) Alunos com Bolsas concedidas 100%	(2.427)
(=) Base de Cálculo de Alunos pagantes nos Cursos de Graduação	6.210
1º Critério => Alunos necessários para atendimento da legislação- PROUNI Bolsas Integrais (relação 1 bolsista para 5 pagantes)	1.242
2º Critério => Alunos necessários para atendimento da legislação- PROUNI Bolsas Integrais (relação 1 bolsista para 9 pagantes)	690
Alunos com Bolsas Integrais PROUNI Lei 11.096/05	809
Alunos com Bolsas Integrais Filantrópicas LC 187/2021	581
Equivalência -> 2 Alunos com Bolsas Parciais 50% Filantrópicas LC 187/2021 Equivale a 1 Aluno Bolsista Integral	83
Total de Bolsas Integrais Concedidas PROUNI Lei 11.096/05 e Filantrópica Lei Complementar 187/2021	1.473

NOTA 39 - ADEQUAÇÃO DAS RECEITAS EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS COM PESSOAL DOCENTE

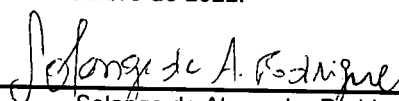
A Entidade aplicou 61,98% de sua Receita de Anuidades Escolares em Despesas com Pessoal, conforme demonstrado a seguir (valores extraídos da Demonstração do Resultado do Período de 2022) conforme parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação e conforme determina a Resolução do CFC 1409/12 que aprovou a ITG 2002 no seu item 27 letra "j".

2022	Em Reais
Receitas de Anuidade Escolares	398.009.962,91
Despesa com Pessoal Docente	246.697.955,07
Percentual de Adequação	61,98%

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.



Pe. Luis Correa Lima S. J.
Presidente da Mantenedora da PUC-Rio



Solange de Alexandre Rodrigues
Contadora – CRC/RJ nº 092204-04

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO SOB Nº,
PROTOCOLO E DATA ABAIXO, ESTA AVERBAÇÃO FOI PRODUZIDA COM 1 VIA
ADICIONAL

CNS-Matr. 093245-5271

202308081110018 08/08/2023

Emol: 296,52 Tributo: 116,67 Reemb: 8,41 Reemb.: 6,98

Selo: EEMN39949 GYY

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Verifique autenticidade em rcpjrj.com.br ou pelo QRCode ao lado



RCPJ-RJ



Rodolfo P. de Moraes
Oficial